

A Urbanização Transnacional e o Impacto sobre as Cidades.

Rafaela Ludolf y Murilo Jacques Barbosa.

Cita:

Rafaela Ludolf y Murilo Jacques Barbosa (2017). *A Urbanização Transnacional e o Impacto sobre as Cidades*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/1395>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A URBANIZAÇÃO TRANSNACIONAL E O IMPACTO SOBRE AS CIDADES.

RAFAELA LUDOLF

rafaludolf@gmail.com

Unifacs – Laureate International Universities

Brasil

MURILO JACQUES BARBOSA

murilojb@gmail.com

Unifacs – Laureate International Universities

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

A cidade é uma representação viva de todos os movimentos e interações que ocorrem no seu interior, composta por um movimento natural de sua população e instituições - geograficamente estabelecidas dentro do território nacional – sofrendo, também, pressões dos movimentos globais. A cidade é o *locus* da organização da vida social e política, da reprodução da economia e, assim sendo, seu desenvolvimento é uma questão social.

A realidade da cidade é tida como um processo socialmente constituído, pois enquanto “estrutura” ela molda e constrange o comportamento das pessoas e das instituições (“agentes”), mas, por outro lado, por ser uma representação orgânica de sua população, ela também é moldada e constrangida com bases nas identidades e interesses dos seus agentes. Partindo dessa observação a cerca da organicidade das cidades, considerando-a, especificamente, como representação orgânica dos movimentos sociais no seu interior em uma realidade de co-construção, esse artigo é desenvolvido sob a égide da seguinte questão: Qual o impacto do Urbanismo Transnacional na função social da cidade?

O Urbanismo Transnacional, reflexo do movimento internacional do capital, gera pressão sobre realidades locais transformando-as, analisar o tipo de impacto que essa nova modalidade de urbanismo exerce sobre as cidades – especialmente em países de capitalismo periférico, como os da América Latina -, não é apenas uma tendências da atualidade, mas uma questão crucial para o desenvolvimento das cidades e adaptação das políticas públicas para aproveitar as oportunidades do novo milênio e preservar sua população dos impactos nocivos do grande capital internacional.

Para fins metodológicos, o artigo foi dividido em três partes, além de introdução e conclusão, a saber: i) a evolução das cidades (analisando o processo de formação das cidades, com base teórica estabelecida em autores da economia urbana e regional); ii) a globalização e a transformação das cidades (relacionando o processo de globalização e seu impacto sobre as cidades, especialmente no que tange o aparecimento de cidades globais, fazendo uso de autores das ciências sociais, das relações internacionais e também economia urbana e arquitetura); e, por fim, iii) a análise do urbanismo transnacional onde poderá ser observado uma construção crítica a cerca da influência dessa modalidade de urbanização nas cidades e nos povos, apoiado de modo mais intenso em uma leitura da atualidade com foco nas cidades brasileiras. O pensamento crítico (construtivista e pós-moderno) permeia toda a análise, na tentativa de fornecer uma visão alternativa forte sobre a problemática da urbanização (e reurbanização) que tem buscado atender a necessidade do capital na renovação do seu ciclo (ampliação dos lucros), mas que, não necessariamente, está preocupada em otimizar as cidades para o bem-estar de sua população.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The city is a living representation of all the movements and interactions that occur inside it, composed of a natural movement of its population and institutions - geographically established within the national territory - also suffering from the pressures of global movements. The city is the locus of the organization of social and political life, of the reproduction of the economy and, therefore, its development is a social question.

The reality of the city is seen as a socially constituted process, since as "structure" it shapes and constrains the behavior of people and institutions ("agents"), but, on the other hand, being an organic representation of its population, it is also shaped and constrained on the basis of the identities and interests of its agents. Based on this observation about the organicity of cities, specifically considering it as an organic representation of social movements within a co-construction reality, this article is developed under the aegis of the following question: What is the impact of Transnational Urbanism in the social function of the city?

Transnational Urbanism, a reflection of the international movement of capital, creates pressure on local realities by transforming them, analyzing the type of impact of this new modality of urbanism exerts on cities - especially in countries of peripheral capitalism, such as those in Latin America - is not only a trend of the present, but a crucial issue for the development of cities and adaptation of public policies to seize the opportunities of the new millennium and preserve its population from the harmful impacts of great international capital.

For methodological purposes, the article was divided in three parts, besides introduction and conclusion, namely: i) the evolution of cities (analyzing the process of formation of cities, based on theoretical established in authors of urban and regional economy); (ii) globalization and the transformation of cities (relating the process of globalization and its impact on cities, especially with regard to the emergence of global cities, making use of authors of the social sciences, international relations and also urban economics and architecture) ; And, finally, iii) the analysis of transnational urbanism where a critical construction can be observed about the influence of this modality of urbanization in cities and peoples, supported more intensely in a current reading with a focus on Brazilian cities. Critical thinking (constructivist and postmodern) permeates all analysis in an attempt to provide a strong alternative view on the problem of urbanization (and redevelopment) that has sought to meet the need for capital in the renewal of its cycle (increase of profits), but isn't necessarily concerned with optimizing cities for the well-being of its population.

Palabras clave

Urbanismo Transnacional – Globalização - Cidades

Keywords

Transnational Urbanism - Globalization - Cities



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

Desde as primeiras formações sociais e a conseqüente criação das cidades, o desafio do planejamento urbano sempre esteve em pauta. Entender a cidade é tarefa complexa, pois esta se estabelece como um processo particular de cada sociedade em determinado contexto histórico. Contudo, a grande problemática está no fator organicidade; o tempo de planejamento e execução requer a habilidade de prever como serão os desdobramentos urbanos e como as formas de aglomeração se estabelecerão, exigindo um planejamento assertivo com vistas a eventos futuros.

A Escola de Chicago, no início do séc. XX, estabeleceu uma visão importante sobre questões cruciais ao tratar da organicidade e das formas de perceber a cidade para que o planejamento urbano tenha efetividade. A nítida influência do evolucionismo inglês ao comparar a cidade a uma planta que nasce, cresce e pode também morrer (FREITAG, 2012), considerando-a uma espécie de “ser” biológico, era preciso entender a essência da cidade, a noção além da aparência externa, considerando tudo que está por trás dela, sua vida, seu movimento orgânico; existe um mecanismo que movimenta a cidade.

O contexto teórico deve ser constantemente confrontando com a realidade de todo tipo de composição social da cidade, não apenas dos indivíduos, mas também das empresas, organizações políticas etc. em âmbito nacional e internacional. O fenômeno da globalização facilitou a comunicação instantânea ao redor do mundo e permitiu a relativização e, por vezes, a anulação das fronteiras nacionais; os fluxos de informação viajam o mundo e as influências e tendências não dizem mais respeito aos modelos nacionais de desenvolvimento.

A cidade é o local onde a vida política se organiza e onde a vida econômica se reproduz. O seu desenvolvimento define-se, necessariamente, como uma questão social (PEDRÃO, 2009). É dentro dessa lógica que esse artigo coloca a questão norteadora do estudo, partindo da consideração de que a cidade uma representação orgânica de sua população e instituições (geograficamente estabelecida no território nacional), questiona-se: **Como o urbanismo transnacional afetaria a dinâmica da relação de classes e qual o impacto na função social**



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

da cidade?

Dentro dessa lógica é possível notar o olhar de David Harvey (2014, p.30) - pelo viés do desenvolvimento econômico -, ao considerar a urbanização como sendo um fenômeno de classe, relacionando diretamente o excedente de produção capitalista com a condução da urbanização, sendo assim, a responsável pela sua absorção. Pedrão (2009) segue rumo semelhante, mas avalia a questão de forma mais específica, usando como exemplo a cidade de Salvador na Bahia, afirmando que a urbanização na capital baiana seguiu fatores locais e cedeu espaço à influência de agentes externos, como o interesse imobiliário, já que as alterações viárias ocorreram pela força política exercida pelos shopping centers, por exemplo, na década de 80, enfatizando assim a total falta de sintonia com o perfil ideal para uma distribuição de renda da cidade e o consequente aprofundamento da concentração de capital.

A crise do desenvolvimento está aliada aos efeitos sociais da acumulação de capital, sendo a desigualdade o resultado desta acumulação (PEDRÃO, 2009). Uma das principais raízes desta crise é a mudança no sistema global de produção, em que cidades industriais e portuárias vêm perdendo sua relevância. A globalização causou impacto irreversível na forma de conduzir a economia, pois as cidades perdem o controle sobre a produção industrial e as empresas – agora transnacionais – que já controlavam a tecnologia, passam a dispor de maior flexibilidade para escolher sua localização de acordo com os custos de produção e margem de lucro; esse processo impulsiona as cidades na busca de uma ressignificação – não mais apoiada no capital industrial.

Considerando a complexidade do debate, esse artigo se dividirá em três etapas. A primeira apresenta a evolução da cidade local à cidade global; a segunda explora a ideia de globalização e seu impacto sobre as pessoas e sobre as cidades e, por fim, o conceito de urbanismo transnacional e sua relação com o capital financeiro.



1. DA CIDADE “LOCAL” À CIDADE REGIONAL.

Os indivíduos estão em constante transformação, provocando um dinamismo constante nas sociedades ao longo de gerações; de modo que as relações sociais, econômicas, políticas etc. também sofrem transformação como reflexo da dinamicidade das pessoas. O processo de formação das cidades é produto das diversas formas de interação que as pessoas têm entre si e o meio onde estão localizadas, pois o conjunto de conhecimentos, técnicas e comportamentos são expressos na formação do espaço urbano que os cerca, ou seja, na cidade.

A cidade é o local de expressão da realidade social do povo que ali habita; a relação estabelecida entre o homem e o meio define o padrão de comportamento do desenvolvimento das cidades. Vale destacar que essa interação é orgânica e simbiótica – ao passo que o homem determina o meio, o meio determina o homem. Essa visão dinâmica da cidade só pode ser compreendida quando observado o processo histórico de formação das cidades, pois a forma de estudar e planejar as grandes cidades exigindo assim uma segmentação espacial.

Tanto o tecido urbano quanto o tecido social são heterogêneos e suas características variam dado o processo de organização e acomodação social, por essa razão têm-se umas cidades tão diferentes uma das outras. Por exemplo, as cidades mais próximas ao mar tendem a desenvolver atividades econômicas voltadas aos aspectos marítimos e/ou portuários, o comportamento social também é guiado nesse sentido e a condução da estrutura urbana busca respeitar e se adequar a essa necessidade da população – que não deixa de ser, também, uma necessidade econômica e política da cidade.

A Revolução Agrícola no período Neolítico é, definitivamente, a virada das relações do homem com o espaço geográfico, pois ela possibilitou a acomodação social e a sedentarização das populações humanas que agora possuíam o controle do solo e, assim, realizavam a manutenção da alimentação sem a necessidade de deixar o lugar em que habitavam; essas populações conhecidas como “tribos” formaram as primeiras aldeias (posteriormente tratadas como populações e cidades).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A primeira revolução que transformou a economia humana deu ao homem o controle sobre o abastecimento de sua alimentação. O homem começou a plantar, cultivar e aperfeiçoar, pela seleção, as ervas, raízes e árvores comestíveis. E conseguiu domesticar e colocar sob sua dependência certas espécies de animais, em troca do alimento, da proteção e da previsão que podia oferecer (CHILDE, 1981, p 77).

É possível afirmar que a fixação dessas populações no local está diretamente conectada a necessidade humana de estar próxima ao local de “trabalho”, bem como é a partir do desenvolvimento desta “economia produtora de alimentos” que a curva populacional começa a ascender, pois o controle sobre a produção dos alimentos derruba o fator limitador do crescimento populacional – a quantidade de comida disponível (CHILDE, 1981, p. 79-83). Dois fatores são derivados das possibilidades oriundas da Revolução Agrícola, a sedentarização e o crescimento populacional, bem como “A vida sedentária deu oportunidade ao aperfeiçoamento das instalações residenciais e abriu caminho para a arquitetura” (CHILDE, 1981, p. 117).

Vale destacar que, de acordo com Vere Gordon Childe (1981, p. 110 - 114), a Revolução Agrícola Neolítica acontece em dois momentos: a primeira em torno de 11.000 a.C e 9.000 a.C – marcada pelo domínio da agricultura – e a segunda entre 6.000 a.C. e 3.000 a.C. – marcado pelo uso da tração animal e da força dos ventos; essa combinação de fatores possibilitou a existência de uma vida urbana mais aproximada do que conhecemos hoje, dada as condições de agricultura auto-suficientes em cidades populosas, alimentadas por indústria secundária (artesanato etc.), um pequeno comércio exterior (troca de excedente com outras aldeias), o que acabou por impulsionar uma certa organização político-social, culminando na formação do Estado.

É importante destacar que o desenvolvimento social e político dessas cidades está diretamente conectado ao desenvolvimento de fatores econômicos, pois o tamanho das aldeias passa a variar de acordo com a necessidade de mão-de-obra para o local e o crescimento delas dependerá da possibilidade e do fluxo das relações mantidas com outras aldeias, além da localização estratégica frente às demais. Ou seja, as aldeias que possuem localização estratégica atrairão comerciantes, artesãos, além dos trabalhadores aumentando o fluxo das relações sociais. Segundo Cantillon (1952



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

apud LOPES, 2005. p.40) “O desenvolvimento das atividades, influenciando a população, justifica que alguns pequenos lugares se convertam em aldeias; algumas aldeias em vilas; algumas vilas em cidades. Implícita uma organização espacial (hierarquizada) do povoamento”.

Tanto o processo histórico de formação das cidades, como a estruturação da “organização de classes” via hierarquização espacial do povoamento, demonstrados acima, conduzem a constituição de um aparato político-institucional nas cidades; esse aparato – denominado Estado (inicialmente representado na figura do Rei) – exprime relações de poder com o espaço geográfico em seu entorno, espaço este que passa a ser conhecido como território. Conforme Souza (1995, p. 80): “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O entendimento dessa evolução histórica que segue até a formação do Estado e, conseqüentemente, do território é elemento central para o artigo, pois permite perceber o que está dentro, ao passo que determina o que está fora, ou seja, o que é e o que não é a “cidade local”.

É possível perceber de forma clara a transição de uma “cidade local” para uma “cidade regional” conforme apresenta Sir James Steuart (1966) ao trabalhar uma visão sobre a teoria do desenvolvimento, a saber:

Nos princípios básicos que o orientam está a população (e o nível da oferta disponível de bens alimentares) e a idéia de que o homem está dependente das necessidades “naturais” expressas primariamente em termos de necessidades básicas, prolongadas na procura de um excedente agrícola e na produção de bens industriais. Isso o conduz a distinguir três estádios mais ou menos bem definidos da organização econômica: o estágio pré-agrário, o agrário e o da economia de troca (STEUART, 1966 *apud* LOPES, 2005, p.39).

É no estágio “economia de troca” que a “cidade regional” começa a ser notada, pois – como já foi dito - o desenvolvimento das cidades compreende um crescimento populacional e, com isso, as atividades econômicas se tornam cada vez mais complexas e, conseqüentemente, passam a ultrapassar as barreiras do território nacional (“cidade local”). Essas cidades passam a emanar um raio de influência nas cidades vizinhas e começa-se a estabelecer uma região diretamente conectada



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

com o aspecto das relações sociais oriundas daqueles povos.

Na análise marxista de região, ela só pode ser entendida sobre esse aspecto de relações sociais e, como tal, nos permite observar a “cidade local” sob controle direto do aparelho político-estatal, mas há também uma cidade que transborda o território, pois as pessoas transitam, se comunicam e se relacionam dentro e fora desses espaços. É possível afirmar que algumas cidades são maiores que seu território pré-definido, enquanto outras são menores; nesse caso o elemento região (ou cidade regional) é uma categoria abstrata que estará subordinada as interações sociais (Markusen, 1981).

Considerando o exposto por Markusen (1981, p.97), uma das principais implicações da pesquisa marxista para o desenvolvimento regional é oriunda da visão de que “relações sociais dentro e entre regiões se desenvolvem”, contrariando a ideia de que são as regiões que se desenvolvem. De modo que torna clara a passagem de uma cidade local para uma cidade regional, observando as estruturas políticas, econômicas e culturais que se desenvolvem historicamente da cidade pra dentro, mas especialmente da cidade para fora; não é o território que define o tamanho e a complexidade da cidade, mas sim os modos de produção que ali se encontram e a força de atração que ele exerce na população do entorno (pela necessidade do emprego).

Seguindo a análise sob qualquer perspectiva nota-se dois aspectos importantes: o primeiro diretamente ligado ao papel das relações sociais na formação e configuração das cidades, o que dá a esse aglomerado determinada função social; e o segundo atrelado as instituições (públicas e privadas) que se organizam de modo alternado entre associação e afastamento das demandas sociais conforme suas necessidades. E dentre outros aspectos, ai encontra-se a ideia de que a expressão das diversas interações sociais – intra e extra classe – manifestam uma cultura que ultrapassa os limites do território, desdobrando para além do espaço físico.

A cidade global começa a se desenvolver dentro desse universo. A evolução das cidades acontece junto a evolução da sociedade (conforme dito antes); passamos da cidade local, para uma cidade regional, cujo interações sociais aconteciam entre fronteiras; essa sociedade se desenvolve para uma cidade industrial, marco de toda a modernidade; até que se esbarra em um processo que denomina-se globalização com a necessidade de reinventar a cidade e organizá-la sob seu aspecto



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

internacional, mas agora associada ao capital internacional – em uma economia com fortes aspectos de financeirização e especulação.

É fácil provar que a classe capitalista não tem um local de residência – eles pessoalmente moram em distintas residências – e que seus lucros estão constantemente sendo transformados em nova atividade de produção em locais distintos do globo (Markusen, 1981, p.92).

Como se pode notar, tudo está conectado aos modos de produção e ao modo de organização do capitalismo mundial que a economia faz uso; é da evolução do sistema econômico do capitalismo que se acompanha a evolução das cidades. O tópico a seguir visa debater exatamente esse processo, no qual é possível perceber o efeito direto da globalização e do salto qualitativo do capitalismo na transformação, evolução e, de certa forma, até mesmo o surgimento dessa Cidade Global.

3. A GLOBALIZAÇÃO E A CIDADE GLOBAL

Desde o fim do século XX termos como globalização, interdependência e “flexibilização das fronteiras nacionais” são temas recorrentes no vocabulário das sociedades contemporâneas, pois a relação entre internacional e o nacional alcançou altos índices de complexidade e integração. A organização mundial do capital é o que torna esse processo mais próximo das populações terrestres, fazendo com que a ideia de globalização, apoiada em princípios gerais do liberalismo, seja a grande ferramenta de integração e conexão.

Vale ressaltar que a divisão de classes e a exploração do trabalho pelo capital acontece desde o princípio das relações sociais e que este não é um problema causado pela globalização, a integração ou a interdependência dos mercados, embora, se reconheça aqui, que este fenômeno ampliou e internacionalizou essa lógica do capital transformando a estrutura atual (os mecanismos de dominação e as causas da desigualdade) e o que antes era observado na esfera dos indivíduos, hoje se observa com os Estados, na esfera das economias nacionais. Note que é a etapa internacional do capital apoiada no desenvolvimento tecnológico do pós Segunda Guerra, somada ao liberalismo



econômico que impulsionam a globalização e não o oposto (como alguns críticos da globalização tendem a fazer).

A globalização é um fenômeno transnacional (interações regulares por meio de fronteiras nacionais) de escala mundial que envolve redes de interdependência e distâncias multicontinentais, ligadas por fluxos e influência de capital e bens, informações, pessoas e forças, no qual o setor econômico (sistema financeiro) pode ser citado como retrato fiel de um sistema perfeitamente globalizado. A dinâmica mundial assume novas características e há uma mudança importante na competição mundial por investimentos, com isso, a re-urbanização tornou-se uma fonte importante de receitas fiscais e elemento de compensação em situações de crises em períodos de recessão e combate à inflação.

A interação e a vinculação das políticas nacionais ao comércio mundial levaram - e ainda levam - a reformulações nos processos de desenvolvimento econômico, político e social das cidades, o que não fica restrito apenas ao âmbito nacional, mas altera as relações entre países e continentes. As demandas internacionais da atualidade correspondem à outra realidade e o sucesso da economia nacional e de suas regiões está dependendo cada vez mais de ações estratégicas integradas, o que torna fundamental a ampliação daquela cidade regional para uma cidade global.

De acordo com a Professora Mônica Carvalho (2000, p. 71), existem três formas de apreensão do conceito de cidade global, a primeira delas é uma forma diagnóstico que determina

o conceito de cidade global é a expressão de um processo histórico bastante concreto vivido por determinadas metrópoles do Primeiro Mundo e, como tal, procura refletir a totalidade de seu movimento. Ao mesmo tempo em que designa o processo de transformação na estrutura produtiva das metrópoles, decorrente da globalização da economia, evidencia as contradições a ele inerentes: as alterações promovidas no mercado de trabalho e o aumento consequente da desigualdade social, com rebatimento na apropriação do espaço urbano. Desse ângulo específico, o conceito enriquece a compreensão da dinâmica das metrópoles e, pelo menos a princípio, não parece romper com outras formas de interpretação teórica que também tenham nas questões urbanas seu objeto.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Esse conceito é aplicado para o período de transição da década de 1980 para 1990, momento no qual os autores pretendiam revelar o papel das cidades nesse novo contexto de economia globalizada, onde se vive a transição da economia industrial para a economia dos serviços como forma de se adaptar as transformações impostas pelo capital privado que agora se organiza transnacionalmente. Já na década de 1990 essa visão sofre uma mudança e a segunda geração de estudos sobre cidade global adquire um formato típico-ideal e metrópoles de caráter secundário passam a ser contabilizadas como cidades globais.

O tipo ideal que se construiu para definir a cidade global partiu das características comuns observadas nas metrópoles que sofreram o impacto da globalização da economia. O que foi a princípio compreendido como especificidade histórica vivida por algumas metrópoles passou a se constituir em atributo a partir do qual se poderia designar como “global” determinadas cidades. Seria, portanto, “global” a “cidade” que se configurasse como “nó” ou “ponto nodal” entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais empresas transnacionais; cujas atividades econômicas se concentrassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das atividades industriais; quando, por consequência, o mercado de trabalho fosse polarizado gerando novas desigualdades sociais e uma forma de segregação urbana dualizada (CARVALHO, 2000, p. 72).

Ainda que a compreensão desses conceitos sejam fundamentais para o entendimento da urbanização das cidades contemporâneas, é o novo paradigma sobre cidades globais que permite a melhor compreensão da questão. Ao partir da visão de Saskia Sassen, esse paradigma está apoiado na tentativa de compreender as metrópoles exclusivamente sob a ótica da globalização da economia.

Os sociólogos têm demonstrado uma tendência a estudar as cidades abordando a ecologia das formas urbanas, a distribuição da população e os centros institucionais ou focalizando as pessoas e os grupos sociais, os estilos de vida e os problemas urbanos. Essas abordagens já não satisfazem mais. A globalização da economia, acompanhada pelo surgimento de uma cultura global, alterou profundamente a realidade social, econômica e política dos Estados-Nação, das regiões transnacionais e (...) das cidades. Utilizando-me do estudo da cidade como um local determinado onde estão ocorrendo processos globais, procuro definir novos conceitos, úteis para o



entendimento da interseção do global e do local no mundo de hoje e no de amanhã. (SASSEN, 1998 *apud* Carvalho, 2000, p.73).

O conceito em forma de paradigma permite uma análise da questão que vai além da segregação urbana sob o aspecto exclusivo do mercado de trabalho provocado pela transnacionalização; bem como agrega a globalização a questão das intervenções urbanas, pois é partindo da observação dessas interações que se pode compreender a apropriação do espaço urbano e o significado ideológico desses processos. A expansão global desses padrões de intervenção urbana são impulsionados pelo urbanismo transnacional que opera na transformação do urbano, combinando uma diversidade de atores locais, nacionais e transnacionais com a pulverização do planejamento urbano e privatizando o direito à cidade que será analisado a seguir.

3. URBANISMO TRANSNACIONAL

É possível afirmar que existe um fenômeno que vem modificando o ambiente das cidades mundiais, reconfigurando o modo de produção das metrópoles e redefinindo aspectos de centralidade. O capital financeiro especulativo adquiriu força na economia mundial e a nocividade na velocidade em que se desloca impacta no desenvolvimento das cidades. O olhar pela questão geográfica percebe que as cidades com características industriais e portuárias vem perdendo força e, conseqüentemente, importância no âmbito regional e global. Isso acontece não apenas em países subdesenvolvidos, mas também nas economias dos principais países no mundo.

Segundo Harvey (2014), as escalas geográficas vêm sendo cada vez mais contestadas e transformadas por novas forças globais, com a atividade humana sendo orquestrada a depender da intensidade destas forças. Os governos locais estão aliados agora não apenas ao Estado, mas a novos atores que direcionam a economia mundial e definem o papel de cada uma das escalas. Como exemplo, a formação da União Europeia atende basicamente a interesses de classes capitalistas, focando na superação das barreiras econômicas sem mensurar o impacto para o indivíduo.



Sassen (1991, p.57) considera que existe uma nova lógica estabelecida de “*super-profit-making*”, ou seja, uma ambição pelo maior lucro possível sem muita preocupação com os meios. A hipermobilidade do capital afeta consideravelmente o mercado internacional de trabalho, uniformizando-o. O aumento da importância das empresas transnacionais gera uma uniformidade nas exigências e uma demanda por profissionais com altas atribuições, excluindo boa parte do conjunto de trabalhadores que, aliados do novo processo de produção capitalista, se submetem a regimes e condições de trabalho deploráveis.

Essa radicalização do mercado de trabalho gera uma nova ordem socioespacial (Sassen, 1991), na qual a estrutura da reprodução social direciona para novas formações de classe, acentuando a pobreza e a marginalidade urbana. Vale ressaltar o papel dos imigrantes, responsáveis por grande parte da economia - formal e informal - dos países desenvolvidos, principalmente na União Europeia, e que não são reconhecidos como parte integrante da economia global. O fator migração sempre foi bastante relevante nas formações das centralidades e uma migração desordenada tem impacto drástico na qualidade de vida e nos rumos da economia de qualquer país.

Os processos de integração estabelecidos pela força do capital financeiro intensificaram não apenas a mobilidade dos investimentos, mas também o fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais. É comum na história das civilizações que os indivíduos migrem de acordo com o desenvolvimento de determinada região buscando condições de vida melhores. Contudo, a dinâmica desta mobilidade está em ritmo cada vez mais frenético, o que provoca não apenas uma uniformidade econômica, mas também cultural e de formação individual.

Os fluxos globais de migração provocaram uma mudança de paradigma em relação aos discursos sobre os direitos e obrigações dos cidadãos nas últimas décadas. De acordo com Smith (2001), percebe-se uma extensão dos direitos dos cidadãos nativos aos imigrantes. Na União Europeia, por exemplo, já existe um desenvolvimento de criação de uma identidade comum, desconfigurando a noção de nacionalismo, que ainda permanece muito forte em muitos dos países-membros. Esse novo nacionalismo, chamado por Smith (2001) de “nacionalismo de longas distâncias”, só é possível



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

graças às novas formas de comunicação e à tecnologia do transporte, que possibilitam uma rapidez de conectividade e locomoção.

Além de todas as recentes questões que advêm do novo processo global de produção, existe um dos problemas mais críticos de se resolver no ambiente da cidade: a moradia. O dilema da moradia sempre esteve em pauta na questão urbana ao longo da história, e o papel do Estado na condução de políticas públicas de habitação é crucial para o desenvolvimento sócio-econômico de qualquer sociedade. Contudo, o que se vê no novo contexto econômico que se estabelece é uma submissão do Estado à financeirização da moradia. Este termo é utilizado por Rolnik, admitindo que:

[...] os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição. Desta forma, enlaçam-se os processos de expansão da fronteira da financeirização da terra e da moradia com as remocões e deslocamentos forçados (2015, p.13).

Assim, as finanças globais tomam conta do setor de habitação, gerando uma nova acumulação de capital, basicamente pela necessidade de criação de novos mercados devido a desindustrialização e crescimento do desemprego. As políticas neoliberais que ganham força na década de 1980 e são legitimadas com o Consenso de Washington em 1989, condicionaram os investimentos à adesão dos Estados a tais políticas. Ampliou-se assim o campo de atuação das instituições financeiras que movimentavam o crédito à moradia, já que incluíam as camadas de média e baixa renda que nunca participaram do processo. Mercado financeiro de habitação passa a ser a “menina dos olhos” da economia capitalista e, como define ROLNIK (2015, p. 32), cidadãos são substituídos por consumidores e players no mercado de capitais.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

CONCLUSÃO

É nítida a mudança da estrutura urbana nas cidades pelo mundo, mudança esta como sendo o resultado das novas formas de acumulação. A força crescente do capital financeiro gera um caráter de volatilidade constante na economia global transformando e aprofundando a forma pela qual o indivíduo se relaciona com ambiente. O dinamismo do capital quebra paradigmas culturais e cada vez mais uniformiza o mundo tendo em vista a necessidade de adaptação às novas condições impostas pela superestrutura organizada globalmente e com grande poder de barganha nas economias nacionais, especialmente em países de capitalismo periférico.

A grande dilema após todo o decorrer do artigo é se o modo de produção capitalista está em xeque; considerando que qualquer análise urbana precisa ter como base o conhecimento da forma de composição e atuação dos atores que compõem o processo das relações de produção no ambiente da cidade. O Estado é protagonista deste processo de urbanização capitalista e o estudo da sua determinação social tem relevância primordial. Assim, cabe descobrir se hoje, as relações de classes e seus níveis ainda são os mesmos relatados por Marx em “O Capital”. O primeiro nível é a distinção básica entre o capital e a classe produtora, que engloba o agente que se apropria da mais-valia e o que a produz, respectivamente. O segundo nível de classe social é resultado da reprodução do capital. Marx define esta nova forma do fracionamento do capital no livro III (t.I, p.280) da seguinte maneira: “A existência do capital, enquanto capital-mercadoria (o capital comercial)... constitui uma fase do processo de reprodução do capital industrial, logo, de seu processo total de produção [...] trata-se de duas formas de existências separadas, diferentes, do mesmo capital”.

A autonomização do capital, assim chamada por Lojkine (1981), cria novas frações de classe e passa a ter mobilidade no processo global de produção. Marx pode perceber ainda no séc. XIX, a força que o capital financeiro já possuía e sua característica completamente alheia à relação formal trabalho-mercadoria que se estabelecia como a condição básica da relação de classes e para a formação da mais-valia, ou seja, “[...] o juro como a forma independente da mais-valia” (Livro III, t.II, p.42).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Todavía, há de se reforçar que este segundo nível se mostra totalmente subordinado ao primeiro, pois está intimamente ligado ao modo de produção capitalista e dele depende para se estabelecer. Assim, não há como falar em capital financeiro sem que este seja sempre dependente do processo formal de produção, ou seja, todas as outras frações de classes estão diretamente conectadas à relação classe operária/capital produtivo.

Portanto mesmo com a desenvolvimento geográfico volátil e desordenado, mesmo com a uniformização das sociedades, mesmo com a crescente mobilidade dos cidadãos, a economia urbana estará sempre ligada (e dependente) da atividade industrial, com a “velha” contradição histórica da luta de classes através das relações de produção ditando as regras da economia capitalista; afinal de contas é necessário uma base de economia real (de produção) para atender o consumo de determinados bens. As formas de acumulação podem se tornar mais abrangentes, mas a essência do modo de produção capitalista continuará determinando os rumos globais, cuja tendencia será encontrada na evolução da Economia de Serviços.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política nacional de mobilidade urbana sustentável**. Cadernos Cidades, Mobilidade Urbana, Brasília: Cidades/Governo Federal, n. 6, 2004.

CARVALHO, Mônica de. **Cidade Global**: anotações críticas sobre um conceito. São Paulo em Perspectiva, 14 (4): 2000. Disponível em <<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9753.pdf>>>. Acesso em 05 de agosto de 2016.

CASTELLS Manuel. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura). Vol.1, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

CHILDE, Vere Gordon. **A evolução cultural do homem**. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar 1981.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. 4a. ed. Papirus: Campinas, 2012.

FERREIRA, João S. W. **São Paulo**: o mito da cidade-global. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2003.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes: São Paulo, 2014.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Região e regionalismo**: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. In Boletim Gaúcho de Geografia: Porto Alegre, nº 25, 1999. p.63-75.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3ª .ed. UFMG: Belo Horizonte, 2008.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2013.

LOKJINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. Martins Fontes: São Paulo, 1981.

LOPES, Antonio Simões. O espaço econômico. In: Compêndio de Economia Regional. 2ª ed. Lisboa: APDR, 2005 (p 35 - 59).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

MARKUSSEN, Ann. Regionalismo: um enfoque marxista. Espaço e Debates: São Paulo, 1981.

PEDRÃO, Fernando. A urbanização voraz em Salvador. Revista Veracidade. Ano IV, n.5, Outubro de 2009.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo: São Paulo, 2015.

SASSEN, Saskia. As Cidades na Economia Global, in Cadernos de Urbanismo, Ano 1, n° 1, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999

_____. A Cidade Global. Princeton University Press, 1991.

SMITH, Michael Peter. Transational urbanism: locating globalization. Blackwell: Oxford, UK: 2001

SOUZA, Marcelo José. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995, p. 77 - 116.